

UFRJ/IEI

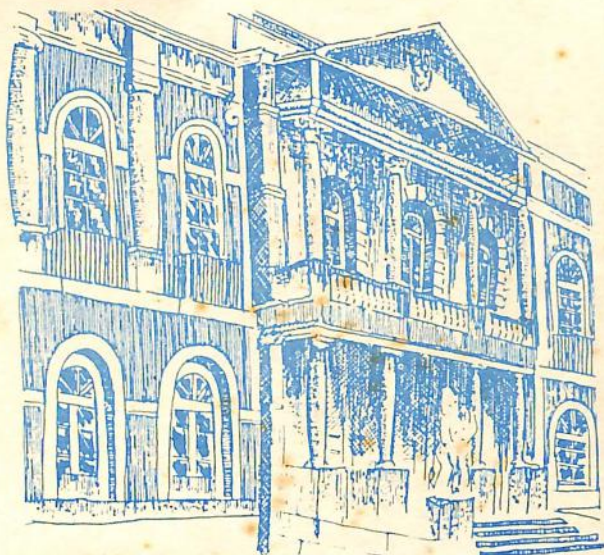
TD254

034475-3



FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 254

A TEORIA CLÁSSICA VISTA A PARTIR
DO CONCEITO DE PROGRAMA DE PESQUISA

Paulo Guilherme Corrêa
Fevereiro/1991

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



"A TEORIA CLÁSSICA VISTA A PARTIR
DO CONCEITO DE PROGRAMA DE PESQUISA"*

Paulo Guilherme Corrêa
Fevereiro/1991



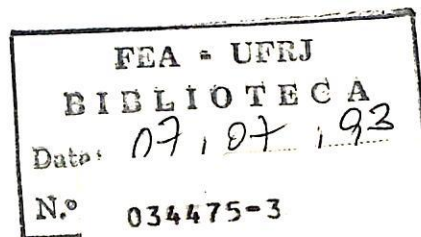
43 - 016646

(*) O autor agradece as considerações, preliminares ao texto, feitas pelos profs. Ricardo Tolipan e Isaac Kerstenetzky, por Cláudia Nessi Zonenschain e Luiz Macahyba. Como de praxe, responsabiliza-se pelos equívocos remanescentes.

anpec
Associação Nacional de
Centros de Estudos e Pesquisas em Economia

ESTE TRABALHO FOI IMPRESSO NO
IEI, COM A COLABORAÇÃO DA ANPEC
E O APOIO FINANCEIRO DO PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE
PNPE
PESQUISA ECONÔMICA



S
VFRJ/IEI
TD 254
MS 88843

FICHA CATALOGRÁFICA

CORREIA, Paulo Guilherme

A teoria clássica vista a partir do conceito de programa de pesquisa. / Paulo Guilherme Corrêa. - Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1991.

22p.: 21 cm. - (Texto para Discussão. IEI/ UFRJ, nº 254).

Bibliografia: p. 28-29.

1. Doutrina Econômica Clássica - Estudo e ensino. 2. Teoria Econômica. I. Título. II. Série.

"A TEORIA CLÁSSICA VISTA A PARTIR DO CONCEITO DE PROGRAMA DE PESQUISA"

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a teoria clássica como sendo um programa de pesquisa - no sentido que lhe confere a metodologia de pesquisa científica lakatosiana. Na prática, ele pode funcionar como uma espécie de "guia para leitura" dos autores clássicos, na medida em que seleciona e articula a problemática central, principais variáveis exógenas e endógenas de cada um dos modelos referentes a esta escola de pensamento.

O que precede será feito em quatro etapas. A primeira seção apresenta de maneira sucinta a metodologia lakatosiana. A segunda seção tece algumas considerações sobre o surgimento da ciência econômica, com vistas a salientar a problemática que lhe confere existência. A terceira seção aplica os fundamentos desenvolvidos em (1) à problemática definida em (2). A quarta seção examina um primeiro esforço explícito de defesa da Teoria Clássica frente a potenciais refutações.

I. A METODOLOGIA DOS PROGRAMAS DE PESQUISA (1)

1. A obra de Lakatos - E seu esforço de demarcação do conhecimento científico e de definição das regras de falseamento da ciência - derivam de um desenvolvimento da crítica ao falseacionismo metodológico ingênuo.

O falseacionismo ingênuo diferencia conhecimento científico de outras formas de apreensão da realidade (empírico) - a arte, a religião, dentre outras - a partir da possibilidade de teste (falseabilidade) que uma determinada conjectura apresenta tal que qualquer proposição supostamente falseável é aceita como científica. Uma teoria é falseada se um determinado "enunciado observacional" (fato) conflitar com ela, caso em que a teoria se-

(1) O termo foi empregado pela primeira vez por Lakatos (1965).

ria refutada. Em situação contrária, a teoria é temporariamente aceita como verdadeira. Neste sentido, a delimitação e a objetividade da afirmação é um requisito fundamental da cientificidade.

2. A crítica a este critério de demarcação científica relaciona-se à ingenuidade de sua exigência. Indo diretamente ao ponto, é possível que uma determinada conjectura tenha um grau pequeno de generalidade - o que lhe confere um potencial de teste positivo - mas que a realização deste teste seja indefinidamente adiada frente ao grau de exigências que ele apresenta. Deste modo, até a efetivação do teste, a conjectura (teoria) seria aceita como científica.

Este tipo de demarcação de conhecimento científico, embora não caia no equívoco de considerar possível diferenciar naturalmente a observação pura (o que é fato puro) da observação teórica (aquela cuja existência depende da teoria) (2) como os falseacionistas naturalistas ou dogmáticos, ainda é excessivamente dependente do fato, mesmo que, neste caso, se aceite a tese de que parte da "base empírica" seja constituída por teorias que são - a priori - aceitas pela comunidade científica.

3. O falseacionismo sofisticado qualifica sua demarcação realizando uma exigência adicional àquelas referentes ao método precedente, qual seja, a de que a nova teoria (que seria testada) tenha um conteúdo empírico corroborado superior à teoria que ela

(2) Lakatos (op.cit.) exemplifica bem este ponto. Ele cita o caso das observações de manchas no Sol e montanhas na Lua, feitas por Galileu, com o que se supunha refutada a tese de que os corpos celestes eram bolas de cristal. Neste exemplo, ao contrário do que se poderia concluir de maneira apressada, o elemento da refutação não se constituiu em observações "puras", mas está diretamente associado à credibilidade do telescópio utilizado para tal observação e, portanto, indissoluvelmente ligado a uma teoria: (para ser mais preciso) a teoria ótica subjacente ao instrumento.

se propõe a substituir. Em outras palavras: a teoria que está sendo testada deve ser capaz de prever/explicar fatos novos que a antiga mantinha inexplicados - ou simplesmente inexistentes (posto que incompatíveis com ela) - e parte destas "novas explicações" deve ser testada e não-refutada pelos "fatos".

Por decorrência da alteração no critério de demarcação de ciência, mudam-se também as regras de falseamento de uma teoria. Para que se considere que uma teoria tenha sido falseada, não é mais suficiente que um enunciado observacional ("fato") conflita com ela. Para que uma determinada teoria (T) seja refutada, é necessário, neste caso, que seja proposta uma teoria (T') tal que :

- (i) (T') tenha um excesso de conteúdo empírico em relação a (T);
- (ii) (T') explique o êxito anterior (isto é, de (T)); e
- (iii) (T') tenha parte de seu excesso de conteúdo empírico corroborado.

4. A consequência que este critério de demarcação a regras de falseamento específico tem sobre a compreensão do desenvolvimento das ciências é significativo.

O mais relevante para este trabalho, no entanto, é ressaltar que, a partir de então, as diversas teorias começam a se mover uma em função da outra, na medida em que buscam sempre sua afirmação a partir da negação da concorrente. A "démarche" mais comum, aliás, será a de caracterizar a teoria precedente como um caso particular da nova.(3)

(3) Há vários casos deste tipo que poderiam ser examinados. Na Física, Einstein, por exemplo, considerou a teoria da gravidade de Newton um caso particular da sua teoria da relatividade (veja este exemplo em Lakatos, op.cit.). Outro caso particularmente ilustrativo é o da ciência econômica: Walras supôs fazer a teoria do Equilíbrio Geral, Keynes apresentou a sua como a Teoria Geral do Emprego, em que a precedente seria um caso particular e, finalmente, a "síntese neo-clássica", sugeriu que a Teoria Geral nada mais era que um caso particular do modelo de Equilíbrio Geral em que os salários reais fossem rígidos.

Lakatos cunhará o termo Programa de Pesquisa Científica para aquele conjunto de teorias que expresse certa continuidade - no sentido do anteriormente descrito - entre seus elementos.

Um programa de pesquisa científica (P.P.C.) é composto de diversos elementos.

O núcleo é a região do (P.P.C.) em que se encontram seus postulados centrais. Os postulados são afirmações arbitrárias e apriorísticas sobre o objeto que se quer conhecer. Por definição, um núcleo não é refutável.

Em torno do núcleo se forma o cinturão protetor. Nele se encontram as hipóteses adicionais, que, ao serem combinadas aos postulados, geram conjecturas sobre determinada área de investigação. As conjecturas devem ser testadas. O cinturão protetor é ainda composto de um conjunto de sugestões (as vezes articuladas) acerca do desenvolvimento da teoria (heurística positiva).

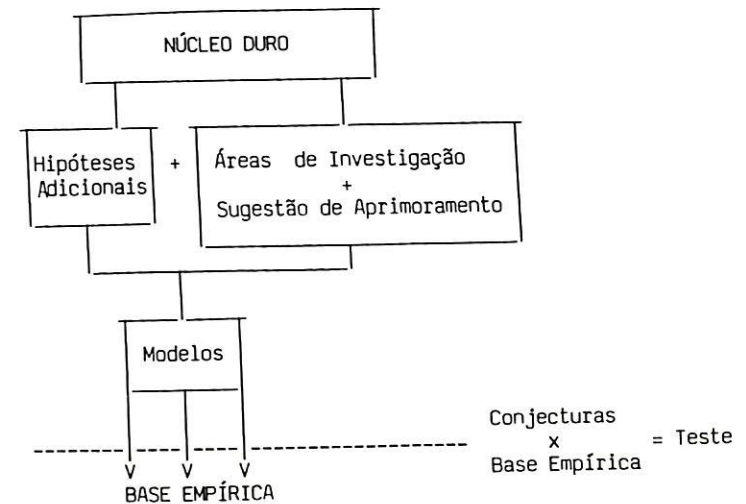
Para que seja retido o que ora interessa, lancemos mão de um recurso visual para representação do programa de pesquisa. Na figura 1, os modelos teóricos - que são o instrumental que produz conjecturas testáveis - resultam da conjugação do núcleo com determinadas hipóteses adicionais. O núcleo, portanto, é comum a todos os modelos e as hipóteses - o elemento de diferenciação entre eles.

No caso da teoria clássica, este trabalho supõe que os modelos de Smith e Ricardo sejam apreensíveis da forma acima descrita. Identificar o núcleo duro, as hipóteses adicionais e a área de investigação (problemática básica) é o objetivo das seções subsequentes.

A guisa de conclusão parcial, caberia ressaltar que esta apresentação pretendeu resgatar um tipo de aparato teórico que tornará (suponho) possível uma visão analítica (e articulada) da teoria clássica. Definido o instrumento, contudo, faz-se mister conhecer o objeto sobre o que ele será aplicado. É esta a tarefa que a próxima seção enfrenta.

FIGURA 1

REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DO PROGRAMA DE PESQUISA CIENTÍFICO



2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SURGIMENTO DA CIÊNCIA ECONÔMICA E A DELIMITAÇÃO DE SEU OBJETO

1. Este ponto tem como objetivo delimitar o que se considera ser as condições necessárias para o surgimento de uma área do pensamento propriamente econômico, de cunho científico e os efeitos que isso causa à definição da problemática básica desta ciência.

Dito de outra forma, trata-se de indagar sobre o esforço de autonomização da reflexão sobre um conjunto de temas correlatos (1) em relação primeiramente à moral e, em seguida, à política para, finalmente, assumir uma conotação científica - e seus efeitos sobre a delimitação de um objeto próprio a ser considerado.

De ante mão, deve-se ressaltar que - no mínimo pelo fato das ciências apresentarem à época uma vocação marcadamente empirista - a fundação da economia encontrou-se fortemente marcada pelo advento da revolução industrial(2). Esta discussão encontra-se feita de maneira exaustiva - e não nos parece pertinente repeti-la aqui. Eis por que esta discussão deter-se-á apenas ao desenvolvimento daquilo que os marxistas chamariam de "mundo das idéias".

2.1 - É comum, já há tempo, supor que todo conhecimento científico tem em sua origem uma matriz filosófica. Não se trata de uma ode ao diletantismo, mas tão somente da constatação de que algum grau de "acumulação prévia" na área da reflexão especulativa é

(1) Os temas que configuram um espaço econômico são referentes à produção, distribuição e troca e que encontram-se permanentemente colocados à vida humana em sociedade (Heiman, 1976).

(2) Não é necessário para concordar com esta afirmação supor, como a ortodoxia marxista, que as forças produtivas determinam as relações sociais de produção e neste contexto a divisão social do saber. Ao contrário, basta admitir que a Revolução Industrial trouxe consigo a preponderância do econômico sobre as demais esferas da vida em sociedade (social, política, cultural, ideológica, etc.). A respeito desta discussão, veja, por exemplo, "A Grande Transformação" (cap. 7) (Polany, K. 1980) Ed. Campus.

sempre necessária para que um campo científico tome forma. A moral e a ética perpassam "exercícios livres" do gênero suposto anteriormente. A moral vem a ser o discurso sobre as normas da conduta. A ética versa sobre os princípios da moral. Uma mesma conduta pode ser moralmente correta ou incorreta em função do referencial ético que se escolha.

A grosso modo, pode-se destacar duas concepções filosóficas da noção de moralidade. A moral finalista (teleológica) apresenta os princípios da ação regulados pelos objetivos que perseguem. Todo ato é considerado moralmente correto, neste caso, se tiver como objetivo a felicidade. A moral do dever sustenta-se em princípios éticos definidos em termos de padrão de comportamento. Ao contrário do caso anterior, em que as normas de conduta são livres desde que subordinadas a determinados fins, o objetivo final é a virtude, fonte de felicidade. A virtude só é alcançada caso praticadas as normas previstas na ética (moral deontológica). Observe-se que o objetivo-felicidade é o único ponto de contato entre ambas posições éticas.

Do ponto de vista do pensamento econômico e de sua emancipação, o que nos interessa reter aqui é que a matriz filosófico-especulativa não tem condições de servir-se de apoio para o surgimento de qualquer conhecimento objetivo e científico enquanto mantiver-se unicamente atrelada à moral deontológica.

Isto porque deriva daí um conjunto de reflexões - especulações sobre o ideal e não sobre o concreto (empírico). Nas ciências ditas humanas, este problema ganha dimensão exponencial, dada a natureza de seu objeto, de modo que todo o esforço imaginativo se debruça sobre o homem ideal, o homem que deveria ser, afastando-se do homem que é. A objetividade científica encontra na moral deontológica, portanto, um respeitável obstáculo.

Um segundo aspecto que nos interessa ressaltar ainda no que se refere à discussão sobre a moral diz respeito a um desdobramento específico desta postura filosófica, em relação a certa problemática que nos é particularmente relevante. Trata-se da explicação para a ordenação (e coesão) social de "n" indivíduos livres. Para uma reflexão "contaminada" da moral deontológica a "solução" torna-se automática: a ordem advém da norma. Esta ma-

triz filosófica só é capaz de refletir sobre homens "livres" - que seguem a norma. Não há espaço para que seja diferente. Esta é a forma de apreensão do concreto compatível com este segmento filosófico. Nossa questão tem resposta evidente, então: a coesão é dada pela norma que deriva dos princípios da moral.

2.2 - O rompimento com a moral deontológica (ainda não apresentado) não é suficiente para garantir o surgimento de uma área de reflexão econômica autônoma em relação à política. A relação entre economia e política é nossa preocupação seguinte.

Tomemos como definição de temática econômica o conjunto de discursos que versam sobre os seguintes objetos: produção, distribuição e troca⁽³⁾. Vejamos em seguida um exemplo hipotético e tentemos, a partir dele, extrair algumas considerações sobre a relação entre política e economia.

Consideremos, hipoteticamente, uma comunidade medieval, com sua hierarquia social típica, isto é, de forma simplificada, um "senhor" chefia e vassallos e servos (em diversos níveis de dependência) "produzem". Ao "senhor feudal" cabe a guerra (e proteção dos demais) e o governo em tempos de paz. Ele constitui-se, por direito ou não, como representante da comunidade. Neste quadro cabe indagar a dinâmica que por exemplo a distribuição da produção - um dos temas econômicos - assume.

A resposta é imediata. A distribuição dos produtos é feita de acordo com uma determinada norma ideológica com base essencial na estratificação social. É sabido que, em tal tipo de sociedade, o governo apropria-se autoritariamente da produção e arbitra sobre a distribuição e o consumo. É a estrutura de "classes" que determina a alocação material dos bens numa sociedade como esta. Afinal, a indagação proposta tem resposta essencialmente política.

(3) Esta definição encontra-se presente na filosofia clássica e na área de H.P.E. foi adotada, por exemplo, por Heiman (1945).

A resposta para a indagação acerca das causas da diferenciação de renda entre membros de uma determinada sociedade, caso se queira um outro exemplo, tem, da mesma forma, uma resposta de cunho essencialmente político.

A conclusão básica é que, não apenas a questão da distribuição de mercadorias, mas pode-se afirmar com certa convicção, toda temática econômica encontra-se subordinada a uma dinâmica política. Em nosso exemplo, tão logo se descubra a estrutura político-social vigente, se determinam concomitantemente as principais relações econômicas.

2.3 - Uma das maiores expressões do rompimento da reflexão social com a moral deontológica foi Maquiavel. O "Príncipe" (4) marca uma radical ruptura com a análise do homem que deveria ser e uma sólida aliança da reflexão política com o que é, com o empírico. A reflexão - especulativa (particularmente, a social) ganha em objetividade.

Deste esforço de objetivação da reflexão sobre o "homem como é" deriva a suposição de que seu comportamento não seria ré-gido por qualquer tipo de código moral. Da inexistência deste padrão moral de conduta, cada indivíduo se tornava plenamente livre do ponto de vista de seu comportamento. Se tal era verdade, abria-se o seguinte problema para a reflexão política explicar: se não é a moral/ética que garante uma conduta padrão de modo que todos se beneficiem com a vida em sociedade, o que explica a coesão social?

Hobbes apresentou uma solução particular. Cientes de que seu "estado natural" é um "estado de guerra" - uma espécie de vale tudo do mundo animal - os indivíduos optam pela segurança da vida em sociedade. E para isso, deliberadamente, pactuam abrir mão de parcela de sua liberdade em função de constituição de um Estado que imprime uma certa ordenação ao grupamento social. Para Hobbes, portanto, a ordenação possível é em essência autoritária,

(4) "O Príncipe" foi a principal obra de Nicolau Maquiavel (1469-1527).

de modo que o Estado precede logicamente (posto que teoricamente explica sua viabilidade) a sociedade civil.

Adam Smith não concorda com Hobbes. Ele se filia a uma corrente da teoria política que se esforça em explicar que a sociedade civil precede logicamente ao Estado - o que significa provar a viabilidade deste sem aquele. A expressão máxima no campo político neste particular foi Mandeville. "A fábula das abelhas" (5) tem como mensagem principal a idéia de que é possível supor que cada indivíduo, agindo de acordo com seus interesses particulares (vícios) gera benefícios para o conjunto da sociedade (público), tal que a sociedade civil, regida por interesses individuais, seria capaz de se coordenar. (6)

O ponto a se destacar, portanto, é que a fundação de um pensamento econômico autônomo em relação a política tem a ver com a solução particular a uma problemática, até então, essencialmente política. A problemática política é a mesma de Mandeville. A conotação econômica é dada por dois aspectos: o conceito de interesse (que perde em generalidade para ganhar precisão) torna-se interesse econômico - isto é - obtenção de riqueza móvel (7), por um lado; por outro, postula-se que o mercado é o coesionador social, na medida em que a troca - fonte da riqueza - solda os interesses dos indivíduos. Em outras palavras, a coesão social não tem mais como condição a criação de um poder político: ela é produto natural das ações de indivíduos que buscam a maximização de seus interesses.

(5) "A fábula das Abelhas" foi originalmente publicada por Bernard Mandeville em 1705.

(6) Aqui vale o seguinte parêntese: Mandeville e Hobbes, chegam a conclusões diametralmente opostas partindo do mesmo ponto, qual seja, de que o homem é egoísta e busca satisfazer a seus interesses. A idéia de interesses como balizadores da ação humana já se encontrava presente em Helvecius (1715-1771). Do ponto de vista da moral teológica, nada de mais, se o resultado fosse a felicidade global. Tratava-se, pois, para os filósofos filiados a esta corrente, de demonstrar que este fim era alcançado.

(7) Para maior discussão acerca do papel da mobilidade da riqueza - em oposição à riqueza patrimonial, própria à uma sociedade estática do ponto de vista da estratificação social, veja Dumont, L. "From Mandeville to Marx". Chicago: University of Chicago Press, 1977 e "O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna". Rio de Janeiro: Rocco, 1985, do mesmo autor.

A problemática econômica passa, portanto, a ser sinteticamente expressa da forma seguinte: como é que uma sociedade de produtores privados em que as decisões são tomadas independentemente a partir de indicações de mercado não se degenera no caos, mas, ao contrário, compatibiliza todos os planos individuais?

Na medida em que a questão assume este contorno, processa-se uma surda manobra metodológica no campo da divisão social do saber: se anteriormente uma temática essencialmente econômica - produção, distribuição e troca - subordinava-se à política, agora ocorre o oposto: é uma temática basicamente política (coesão social) que sob certas condições (suposição de que as relações sociais são fundamentalmente mercantis) ganha uma forma propriamente econômica.

Mais especificamente, já configurado um contorno mais econômico à questão da coesão social, pode-se dizer que o problema básico assenta-se na obtenção de um vetor de preços que compatibilize os diversos planos individuais de produção. De maneira formalizada: os planos individuais devem ser expressos - dada a interdependência da produção capitalista - num conjunto de equações simultâneas (do tipo "in-puts/out-puts") em que o número de equações seja igual ao número de incógnitas, onde os coeficientes técnicos, o nível de Produto Social e o salário real sejam dados.

Antes de passarmos para o ponto seguinte resta, ainda, destacar os elementos presentes numa determinada reflexão econômica autônoma que lhe permitiram adquirir um "status" científico.

O conceito de "interesse" - principalmente aquele que se torna, na história do pensamento, progressivamente "econômico" - tem papel fundamental na concessão de regularidade e, por decorrência, previsibilidade ao comportamento humano em uma de suas dimensões - isto é, em sua dimensão econômica.

O "interesse" como definiu Hirschman (1984) - ou suas formas menos desenvolvidas (auto-estima e egoísmo) - permite que o comportamento humano na esfera econômica da sociedade adquira regularidade. Ele serviu para contrabalançar as "paixões", como por exemplo, a benevolência - que tornavam a ação não previsível dado que inteiramente subjetivada na pluralidade infinita das intenções individuais.

Um exemplo ajuda a compreender este ponto. Suponhamos uma troca isolada. É amplamente aceito pela teoria econômica que a troca tem como base a equivalência (em termos de valor) do que é trocado. Como rotina da atividade econômica a troca de não-equivalentes é inadmissível. Mas o que se toma por óbvio não o seria caso o princípio do interesse não regulasse a atividade econômica. Senão, substitua-o pelo princípio da benevolência. Isto significa que a intenção de produção de um sentimento de felicidade no "outro" é a base da ação humana. Como decorrência, as trocas não assumiriam qualquer regularidade. Elas seriam explicáveis, "ex-post" e caso a caso, segundo o desejo que o agente - que, por exemplo, assumiu deliberadamente prejuízo com a troca - tinha de satisfazer o "outro" que teria se beneficiado dela.

É igualmente importante salientar que a regularidade dos eventos não está completa se ela não for apropriável do ponto de vista do pensamento. Tome-se novamente um exemplo desta vez recorrendo-se à física: o fenômeno da queda de um objeto - que se repete empiricamente, sob certas condições - não faria qualquer sentido para esta ciência caso ele não fosse igualmente reproduzível no plano lógico, isto é, meramente abstrato. Para tanto, foi fundamental que o evento fosse apropriado em grandezas abstratas. O objeto é representado por seu peso e a queda pela velocidade. Desprezam-se as informações menos relevantes para o estudo do fenômeno como a qualidade do objeto, por exemplo. Para que tal manobra se processasse foi fundamental, como se disse, que o evento fosse "codificável" em termos de grandezas abstratas. Mas as grandezas abstratas por excelência são os números: o problema de "codificação" não é nada senão uma questão de quantificação.

A ciência econômica apresentou, portanto, uma enorme vantagem vis-a-vis ao pensamento político, para o tratamento da problemática referente à coesão social, exatamente porque foi capaz de transformar relações entre indivíduos (produtores independentes) e, logo sociais, em relações mercantis - quantificá-las em termos de valores no início, e preços, mais tarde.

A quantificação das relações sociais foi a "manobra" que coroaria o esforço do pensamento econômico rumo à conquista

de seu "status" científico. Não obstante, herde de sua matriz filosófica original uma problemática basicamente política. Tendo como básico este objetivo da ciência econômica é que a escola clássica será estudada.

A seção seguinte, portanto, examina a teoria clássica como um esforço de enfrentamento do problema anteriormente exposto. O exame deste "enfrentamento" será feito com o auxílio do instrumental analítico desenvolvido na primeira seção, qual seja, o conceito do Programa de Pesquisa Científica.

3. A TEORIA CLÁSSICA: UMA APRESENTAÇÃO ANALÍTICA TENDO COMO BASE O CONCEITO DE PROGRAMA DE PESQUISA

1. Partindo da apresentação da metodologia lakatosiana feita na primeira seção, passaremos a examinar a sua aplicação à teoria clássica, cujas referências teóricas são Adam Smith ("A Riqueza das Nações") e Ricardo ("Princípios da Economia Política e da Tributação"). O esforço desta seção é, portanto, apresentar uma visão analítica e integrada destes dois autores, eles mesmos agora entendidos como modelos teóricos resultantes da ênfase em determinadas hipóteses e em certas áreas de investigação vigentes no Programa de Pesquisa Clássico (P.P.C.).

Antes de iniciarmos a aplicação da metodologia lakatosiana é procedente sintetizar a problemática - referência da ciência econômica neste momento. Em uma palavra: qual é sua pergunta-chave?

Procurou-se mostrar na seção imediatamente precedente a esta como este campo do conhecimento científico se autonomiza e adquire configuração própria. Trata-se da tentativa de explicação do mecanismo através do qual, a sociedade mercantil(1), sem a intervenção autoritária do Estado, é capaz de se reproduzir e se ampliar".

Por reprodução de um sistema econômico entenda-se a capacidade de um sistema de produção, distribuição e troca prover os produtores independentes das mercadorias que não produzem -

(1) O termo sociedade "mercantil" está sendo usado para expressar a idéia de um sistema social, em que prevalece a ação livre dos indivíduos regulada pelo mercado.

dada a existência da divisão social do trabalho - e que necessitam para sua subsistência. Trata-se, logo, de explicar a regulação das relações (sociais, entre indivíduos) mercantis que garantem a viabilidade deste fenômeno.

No que se refere à questão da "ampliação", é suficiente, por hora, admitir-se que, em função das condições técnicas vigentes no capitalismo, o sistema econômico é capaz não apenas de reproduzir-se conforme descrito mas também de gerar um excedente físico de mercadorias que é a expressão material do lucro capitalista.

Para a fisiocracia por exemplo, a agricultura era o segmento econômico que gerava o excedente social. Seus autores partiam do princípio que a quantidade de insumos (matéria-prima, trabalho e depreciação do capital) utilizada ao longo de um período de produção era inferior ao produto final obtido. Desta diferença provém o excedente.

A fundação da ciência econômica inaugura a utilização do conceito de excedente de forma generalizada para toda a economia capitalista. Em relação aos fisiocratas, por exemplo, este fato implicou em admitir-se que este excedente tem origem em qualquer ramo industrial e não mais apenas na agricultura. Seu significado central, contudo, permanece o mesmo.

Em uma frase, portanto, toda a problemática clássica assume a forma seguinte: como é que uma sociedade baseada em produtores independentes (privados), com decisões autônomas, não explode no caos? Na medida em que a relação entre esses produtores independentes assume a forma mercantil, a pergunta ganha os seguintes contornos: qual a posição de mercado (isto é, das relações mercantis) que garante a sua auto-renovação? Se por "posição de mercado" entendemos os preços - expressando relações de produção entre produtores independentes - temos finalmente a problemática clássica fundamental resumida à obtenção de um vetor de preços que viabilize a auto-reprodução de um determinado sistema econômico.

Dada a problemática, vejamos, à luz da metodologia lakatosiana, como ela é enfrentada.

2. O núcleo do Programa de Pesquisa Clássico é composto de três postulados básicos:

- (i) - O sistema econômico capitalista é tipicamente mercantil (isto é, o nexos entre os seus participantes é dado pelo mercado);
- (ii) - O sistema econômico capitalista é tipicamente excedentário; e
- (iii) - O sistema econômico capitalista é persistente (isto é, parte-se do princípio de que ele não "estoura no caos").

Na prática, o que se postula em (iii) portanto, é a própria vigência de um vetor de preços que - dados (i) e (ii) e levando-se em conta a problemática sintetizada na seção (1) - equacione o sistema econômico, tornando-o coeso.

O raciocínio precedente pode ser também expresso assim: o sistema capitalista se reproduz (empírico) então isto só tem uma explicação (lógica) na existência de um vetor de preços que satisfaça simultaneamente as necessidades de subsistência dos diversos produtores independentes. (2)

3. As hipóteses adicionais - conforme visto na primeira seção - variam de modelo para modelo. Aqui interessa-nos reter aquelas comuns aos dois principais modelos do P.P.C., isto é, aqueles presentes nas obras de Smith e Ricardo. Vejamos então.

(2) Lakatos desaconselha (Heurística negativa) investigações sobre o núcleo duro de um programa de pesquisa. No entanto, na medida em que a vigência de um vetor de preços de equilíbrio é um postulado e não um resultado dedutivo, cabe - ainda que exogenamente - uma indagação (crítica) acerca do realismo da premissa que lhe dá origem, qual seja, a persistência da produção capitalista.

3.1 Produto social, salário real e progresso técnico são categorias presentes à esfera mercantil mas cuja explicação não lhe pertence.

Os salários reais são determinados em Ricardo (como, aliás, nos fisiocratas) pela fisiologia humana em função da necessidade de subsistência do trabalhador, com alguma influência do momento histórico na definição das necessidades básicas do indivíduo e, portanto, da sua "cesta básica". Smith tem posição ambígua neste caso. Ele oscila entre a posição precedente e a admissão de uma componente política na determinação desta categoria.(3) De qualquer forma, nenhum deles sustenta uma explicação endógena para esta variável.

A exogeneidade do progresso técnico é de fácil compreensão. Como ele diz respeito a modificações - na época - restritas ao processo produtivo - área de domínio dos engenheiros e dos técnicos em geral - parecia razoável supor que ele nada tivesse a ver com o meio econômico. O progresso técnico é apreendido pela teoria clássica como um dado, derivado da esfera técnico-produtiva e que por isso sua compreensão excederia aos objetivos auto-propostos pelos autores. Restringir-se-ia, portanto, ao conjunto de modificações nas formas de obtenção (produção) das mercadorias (4).

Por último, o Produto Social - isto é, o valor líquido agregado aos insumos após um período de produção - é determinado a partir do estágio de acumulação de capital e do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Este determina a relação técnica entre produto final e insumo adiantados à produção. O estágio de acumulação de capital, por sua vez, estipula o potencial máximo de produção de um determinado sistema econômico.

(3) Veja, por exemplo, os capítulos 4 e 8 da obra citada.

(4) Na verdade, é possível afirmar que é o próprio caráter (estático) do problema auto-proposto (equilíbrio) que exige este tratamento à questão. Neste caso, o impedimento a um tratamento adequado do progresso técnico seria de ordem metodológica e não apenas observacional. Este ponto encontra-se desenvolvido dentre outros por Possas, (1988): "Em direção a uma abordagem microdinâmica" (mimeo).

3.2 A motivação microeconômica da produção capitalista é o desejo de gasto dos agentes. Isto é: o nível de ocupação efetiva do potencial máximo de produção é determinado pela intenção de gasto dos agentes.

É possível encontrar-se, na literatura econômica sobre o tema, abordagens distintas que privilegiam a intenção de consumo dos agentes como motivação para sua produção. (5) Os agentes econômicos, em função da divisão do trabalho não são capazes de produzir todos os bens de que necessitam. Por isso intercambiam a parte do que produzem que excedeu seu consumo próprio. Quanto mais desejarem consumir, portanto, mais produzirão.

A hipótese sobre o consumo, entretanto, não é necessária (6). O P.P.C. prescinde de qualquer consideração acerca do padrão de gasto dos agentes, sendo-lhe, portanto, indiferente a proporção em que os agentes alocam seu poder de compra entre "consumo produtivo" (investimento) ou "consumo improdutivo" (consumo tal qual o entendemos modernamente).

O que interessa é que uma hipótese subjacente ao PPC é a motivação econômica final ser a obtenção de valor de uso. Mesmo que o valor de troca seja o motivo imediato - os agentes trocam o que excede ao seu consumo com base nos preços de mercado de seus produtos, e, logo, sua produção tem como objetivo a obtenção deste preço de mercado - o objetivo último das trocas é a obtenção de bens (que assumem a forma de mercadorias porque sua distribuição é baseada na troca de trabalhos privados) para a satisfação das necessidades individuais.

É por isso que se constitui indiferente supor uma alocação de gasto dos agentes que privilegie o consumo produtivo (investimento) em detrimento do improdutivo ou vice-versa. Na visão clássica, "investir na produção" significa, tão somente, gastar os recursos de modo a garantir, no futuro, possibilidade de consumo.

(5) Miglioli (1981), por exemplo, sustenta tal posição.

(6) Veja a respeito Lipkin (1990).

3.3 A existência de intermediação monetária não exerce qualquer tipo de influência sobre o sistema econômico que tem como relação fundamental a troca de produtos.

A moeda é entendida como uma mercadoria qualquer, que - em função de certos atributos técnicos - adquire condições de assumir o papel de equivalente geral de trocas, facilitando-as.

Na ausência de um equivalente geral para as trocas, sua ocorrência seria amplamente reduzida. Isto porque um determinado agente econômico, produtor do bem (A), para comercializar a parte do produto que lhe excede o consumo necessário, pelo bem que deseja, por exemplo (B), precisaria encontrar um produtor de (B) que, simultaneamente, desejasse obter (A). A existência da moeda torna esta exigência desnecessária: basta que o produtor de (A) troque sua mercadoria por outra que seja "equivalente geral", que pode ser proveniente de qualquer outro produtor - que não mais necessariamente o produtor de (B).

A representação esquemática de ambas as situações assume as seguintes formas:

- (i) no escambo: $A = B$, onde A e B são mercadorias;
- (ii) com intermediação: $A = M = B$, onde M é moeda.

Dos esquemas apresentados pode-se notar que a capacidade da compra de um agente - isto é, o seu "poder de compra" - representado pela riqueza abstrata é função da quantidade de mercadorias que possui, na medida em que delas deriva o equivalente geral.

4. A heurística positiva deste programa de pesquisa consiste, portanto, na determinação dos preços (valores de troca) dos produtos.

Examinando o mecanismo de formação de preços que regula um sistema econômico sem excedente, tem-se que, para confeccionar uma determinada quantidade de produto, um agente gasta vários

bens (n) que não produz e que, logo, obtem na troca. Assim sua estrutura de custos é tal que:

$$\bar{A}_1 p_1 = A_1 p_1 + A_2 p_2 + \dots + A_n p_n, \quad (1a)$$

em que p_n = preço de uma unidade de enésima mercadoria, sendo \bar{A}_1 produção final de A.

Dado que o objetivo é a determinação dos preços de uma unidade de mercadoria (1), dividem-se ambos os lados da equação (1a) por \bar{A}_1 , tal que:

1

$$P = a_{11} P_1 + a_{12} P_2 + \dots + a_{1n} P_n \quad (1b),$$

onde: $\frac{A_n}{\bar{A}_1}$, isto é, a proporção da mercadoria (n) necessária à produção de uma unidade da mercadoria (1). Este coeficiente é fundamentalmente técnico. Excluídos os preços, a equação (1b) expressa apenas a proporção técnica de combinação dos fatores na produção da mercadoria (1) e, evidentemente, a interdependência dos n capitalistas.

Generalizando esta equação para as (n) mercadorias, do sistema econômico tem-se o seguinte sistema de equações:

$$\begin{aligned} P_1 &= a_{11} P_1 + a_{12} P_2 + \dots + a_{1n} P_n \\ &\vdots \\ \bar{P}_n &= a_{n1} P_1 + a_{n2} P_2 + \dots + a_{nn} P_n \end{aligned} \quad (2)$$

O sistema de equações expresso em (2), indica que, se este sistema econômico se perpetua, teoricamente, isto se dá porque ele é capaz de, simultaneamente, gerar os preços suficientes para co-

brirem os custos que a produção de cada bem envolve. Se por ventura um desses bens obtivesse preços menores que o necessário e logo sua produção fosse inviabilizada, isto implicaria, muito provavelmente, na inviabilização de todo o sistema produtivo dados os efeitos em cadeia que sua ausência geraria.

Em suma, a postulação de preços de equilíbrio é uma condição lógica para a suposição teórica (com ou sem motivação empírica) da produção capitalista. Os preços - que são portanto as variáveis endógenas deste modelo - são perfeitamente determináveis: a álgebra elementar nos garante que um sistema de n equações e n incógnitas tem solução determinável diferente de zero (7).

O sistema apresentado não é adequado para representar o sistema capitalista que é tipicamente excedentário. A introdução do excedente em (2) requer breve comentário conceitual. Para que um sistema seja excedentário é preciso que o total de insumos seja inferior ao valor agregado líquido total da economia. Tome-se um exemplo (8). Seja um sistema econômico em que se produza trigo e ferro. Este sistema é tal que:

280 quartos de trigo + 12 tons. ferro → 400 kg trigo
120 quartos de trigo + 8 tons. ferro → 20 ton. ferro

Neste sistema, o total de insumos (medidos em quantidades) é igual a (280 + 120) quartos de trigo + (12 + 8) toneladas de ferro, que é exatamente o tamanho do valor agregado total: (400 kg de trigo + 20 tons de ferro). De maneira formalizada:

$$\sum_{j=1}^n A_{ij} = A_i$$

(7) Na verdade, é possível mostrar que esta solução - dado que os coeficientes técnicos são todos maiores ou iguais a zero - que o sistema de equações apresenta solução positiva, o que nos é mais adequado posto que as variáveis são, na realidade, preços.

(8) Extraído de Meek (1968).

No caso de supormos um sistema excedentário teríamos, por exemplo:

280 quartos de trigo + 12 ton de ferro → 575 kg de trigo
120 quartos de trigo + 8 ton de ferro → 20 tons. de ferro

Perceba que, neste caso, $\sum_{i=1}^n A_{ij} < A_i$ para pelo menos uma mercadoria. Esta diferença expressa o excedente físico.

Introduzamos agora a idéia de valor. Num sistema que não gerava excedente, o valor de uma mercadoria i (p_i) era resultado da agregação dos valores dos diversos insumos necessários à produção de i ($p_{i1} : p_{i2} : \dots : p_{in}$).

Na medida em que o sistema econômico gera um excedente físico, significa - digamos simplificadaamente - admitir-se que este excedente não implica em custo para sua produção, posto que, por definição, não houve gasto adicional - tomando-se como referência o sistema não-excedentário - de insumos. A venda deste excedente constitui-se pois, na base material do lucro (tomado mesmo em sua forma tradicional, isto é, diferença entre o custo de produção de uma determinada quantidade produzida e a receita auferida de sua venda).

Se dividirmos o lucro total, pelo total de mercadorias produzidas, - temos o lucro unitário destas mercadorias. Então, tem-se, de 1b:

$$p_1 = (a_{11}p_1 + a_{12}p_2 + \dots + a_{1n}p_n) (1 + r) \quad (1c) \quad \text{onde}$$

r é a taxa de lucro.

A equação (1c) explica a formação de preços numa economia excedentária. Generalizando, tem-se:

$$\begin{aligned} p_1 &= (a_{11}p_1 + a_{12}p_2 + \dots + a_{1n}p_n) (1 + r_1) \\ &\vdots \\ p_n &= (a_{n1}p_1 + a_{n2}p_2 + \dots + a_{nn}p_n) (1 + r_n) \end{aligned} \quad (3)$$

O sistema (3) de equações encontra-se indeterminado. Ele apresenta duas vezes mais incógnitas que equações: são $(r_1; \dots; r_n) + (P_1; \dots; P_n)$ incógnitas e $(1, \dots, n)$ equações.

A solução apresentada pelos modelos clássicos é a seguinte: supõe-se que a taxa de lucro seja uniforme (9) entre ramos; de modo que o sistema passe a ter n equações e $n + 1$ incógnitas (n preços mais r - a taxa de lucro).

Tome-se, agora, uma mercadoria como referência para os preços das demais, isto é, faça $P_i = 1$, de modo que o número de equações iguale-se ao das incógnitas e todos os preços sejam calculados em relação ao desta mercadoria.

Assim temos um sistema de preços naturais expresso da seguinte forma:

$$\begin{aligned} P_1 &= (a_{11} P_1 + \dots + a_{1n} P_n) (1 + r) \\ &\vdots \\ P_n &= (a_{n1} P_1 + \dots + a_{nn} P_n) (1 + r), \text{ sendo} \\ P_i &= 1. \end{aligned} \quad (4a)$$

Resta examinar o papel dos salários. Até aqui, os salários vêm sendo tratados como outra mercadoria qualquer. Para o PPC, como visto, o salário w é uma variável exógena e deve, por isso, ser explicitado. Assim, de (4a) teríamos:

$$\begin{aligned} P_1 &= (a_{11} P_1 + \dots + a_{1n} P_n + w) (1 + r) \\ &\vdots \\ P_n &= (a_{n1} P_1 + \dots + a_{nn} P_n + w) (1 + r), \text{ sendo} \\ p_i &= 1 \end{aligned} \quad (4b)$$

Novamente este sistema torna-se indeterminado. Desta vez, contudo, ele é admitido pelos modelos clássicos, posto que todos eles supõem os salários um dado exógeno ao mercado.

O sistema permanece com um grau de liberdade, de maneira que, dado um valor para os salários e estipulada a norma de distribuição, obtem-se endogenamente os preços relativos e o valor da taxa de lucro do sistema.

(9) Os modelos clássicos em sua grande maioria, referendados por Smith e Ricardo supuseram a taxa de lucro - que na prática é a norma de distribuição do excedente entre ramos - como uniforme, em resultado da atuação da concorrência e da mobilidade de capitais.

4. A LEI DE SAY E O PROGRAMA DE PESQUISA CLÁSSICO

1. O primeiro esforço de falseamento da teoria clássica pode ser percebido no capítulo sete da "Riqueza das Nações". Nele Smith se defronta como uma nova categoria: os preços de mercado (P_m).

A diferenciação conceitual entre P_m e preços naturais (P_n) é o primeiro indício explícito de enfraquecimento teórico do modelo smithiano (1). O conceito de preços de mercado surge de forma "ad-hoc" à teoria, posto que procura explicar a não-vigência dos preços naturais (P_n). Eles aparecem como recurso ao falseamento/rejeição da proposição smithiana.

Vejamos o percurso de Smith. A um problema político, oferece-se uma solução particular que funda a ciência econômica. Nesta solução, a expressão de sua validade eram os preços naturais. Os preços naturais deveriam, pois, ser empiricamente percebidos. Na medida em que tal não se verifica a teoria deveria ser rejeitada, caso seja seguida a boa norma da conduta científica.

Para que isso não ocorra, o fenômeno deve ser apresentado como resultado de uma distorção do meio em que ocorre e não como um erro da teoria. Caso isso seja feito, então, o que deve ser refutada é a cláusula "ceteris paribus" que acompanhou o teste. O esforço subsequente seria, pois, torná-la obtinível, para que o teste possa ser feito de modo a refutar apenas a cláusula "ceteris paribus". Vejamos como esta manobra - comum ao meio científico - se processou no interior do PPC.

Sejam: P_n - preço natural

Q_n - quantidade ofertada associada ao preço natural e

P_m - preço de mercado

D^e - a demanda efetiva no mercado

(1) O problema da medida invariável do valor já poderia ser percebido a esta altura da obra, mas o autor no entanto, formalmente a supõe solucionada com o uso do trabalho como sendo a mercadoria de valor invariável.

Então:

$P_m = \frac{D_e}{Q_n}$; isto é: o preço de mercado é igual à relação entre a demanda efetivada no mercado (2) e a oferta total, associada a um determinado preço natural.

Mas eis que surgem duas dificuldades. A primeira é a subjetividade de que envolve a determinação do vetor de demanda da economia. A segunda diz respeito ao próprio projeto clássico que tinha como concepção para a economia política a formulação de uma economia da produção. A produção regularia as trocas. Admitir a ocorrência de algum fenômeno na esfera das trocas diferente dos preços naturais (expressão da produção) implicaria em colocar em xeque esta visão (nem sempre explícita).

No caso da "Riqueza das Nações", Smith sequer se dá ao trabalho de investigar este fenômeno mais de perto. Dispõe um capítulo (o 7º) para o fato e, no restante da obra, supõe válidos os preços naturais.

No caso do P.P.C. a apropriação do fenômeno dos preços de mercado implicou num esforço maior. Ele exigiu da teoria clássica a enunciação da Lei de Say, como uma premissa que garanta a igualdade entre demanda efetiva e demanda potencial, em função da endogeneização da decisão de gasto dos agentes que expressa. (3)

A Lei de Say postula que:

- 1 - Se produzir é desejar comprar e
- 2 - Se produzir é poder comprar (ambas as hipóteses subjacentes ao P.P.C., veja item 3.2), então: toda oferta cria sua própria demanda. (4)

(2) Smith sugere que a Demanda Efetiva seja derivada da quantidade de pessoas que estejam dispostas a pagar o preço natural. Grosseiramente: $D_e = f(P_n; \gamma)$, onde (γ) seria alguma variável absolutamente subjetiva ao agente econômico.

(3) Conforme Lipkin (1990).

(4) A validade historiográfica da Lei vis-à-vis este enunciado foi demonstrada por Lipkin, op.cit.

Na medida em que a oferta/produção decorre de uma determinada intenção de gasto, o gasto efetivo (isto é, a demanda efetiva) encontra-se subjacente a própria oferta. Ele se expressa nessa oferta.

Esquemáticamente:

$S \equiv D_p \equiv D_e$, onde D_p e D_e são, respectivamente, demanda potencial e efetiva.

Na medida em que $D_p = D_e$, desaparece o conceito de preços de mercado. Se não vejamos:

$$\text{Se } D_e > D_p \Rightarrow P_m > P_n$$

$$\text{Se } D_e < D_p \Rightarrow P_m < P_n \quad \text{Mas,}$$

$$\text{Se } D_e = D_p \Rightarrow P_m = P_n.$$

A Lei de Say surge, portanto, como uma hipótese "ad-hoc" para evitar uma talvez prematura rejeição do P.P.C. cujo falseamento demonstraria a não vigência dos preços naturais.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço auto-proposto neste trabalho visava - como ademais espera-se tenha ficado claro - aplicar o conceito de Programa de Pesquisa à sequência de teorias que se convencionou chamar de clássica.

Ele, de antemão, defronta-se com uma crítica óbvia: tendo sido desenvolvida no bojo da reflexão sobre as ciências exatas, toda concepção lakatosiana de metodologia científica poderia se mostrar inadequada à interpretação do processo de desenvolvimento das ciências sociais. Esta é realmente uma discussão pertinente: o conceito de programa de pesquisa é aplicável à ciência econômica e, em particular, a sua vertente "clássica"? Embora cabível, tal questão não tem espaço neste trabalho. Ele implicitamente assume uma resposta afirmativa à indagação e toma-a como um dado.

Uma segunda crítica, igualmente evidente, diz respeito às consequências que a postura assumida neste texto produz sobre o conteúdo expresso no conceito de história do pensamento econômico.

Uma vez que se prioriza a interpretação do passado econômico a partir de um fio condutor teórico (em uma palavra a partir de uma abordagem analítica) perde-se, concomitantemente, um conjunto de temas ou sub-temas, "insights" e até mesmo polêmicas desenvolvidos marginalmente pelos autores clássicos (inclusive os dois considerados). Isto é, o preço de uma apresentação articulada do pensamento clássico, acaba sendo, inequivocamente, uma limitação no trabalho de cunho historiográfico ou arqueológico. Na verdade, poder-se-ia dizer que estes últimos estão presentes neste artigo somente na proporção em que servem de suporte ao objetivo principal.

Neste sentido, indagações e críticas a respeito do sectarismo da abordagem da teoria clássica aqui presente, com base em trabalhos em que - mesmo os autores considerados (Smith e Ricardo) - expressem suas preocupações com temas distintos ao equilíbrio (aqui suposta a questão clássica fundamental) são aceitáveis.

No entanto, poder-se-ia retrucá-las a partir da própria concepção de ciência subjacente ao conceito principal destas linhas, qual seja, o de programa de pesquisa. Primeiramente, parece cabível associar esta concepção de desenvolvimento científico àquela que entende a ciência como um jogo de convencimento (persuasão e dissuasão) em oposição a outras que pretendem o dogma da verdade.

Se o que precede é correto, contar a história do pensamento econômico a partir de uma série lógica - que busque unidade temática nas diversas obras, privilegiando as interpretações que levem em conta o recorte analítico que lhes confira maior densidade interpretativa - em detrimento do procedimento "enciclopédico" (onde a preocupação básica é com a minúcia e com a erudição) significa enfraquecer a concepção dogmática de ciência e "en passant" relativizar o corpo teórico atualmente hegemônico na ciência econômica.

Em outras palavras, significa abordar o "passado" da teoria econômica - não numa perspectiva diacrônica como um contraponto inverídico de uma verdade atual - mas considerando-o fértil em aberturas teóricas infinitas e concorrentes ao corpo teórico hegemônico (1).

Em suma, se de fato esta metodologia peca (?) na atenção ao papel que a história do pensamento teria em termos de memória exaustiva, ao menos há que se reconhecer seu impulso decisivo ao "gosto teórico".

(1) Conforme sugerido por Tollpan (1990).

BIBLIOGRAFIA

- Benetti, C. "Valor e Repartição" (mimeo).
- Benetti, C. "Valor, excedente e moeda". IEI/UFRJ. Texto para discussão nº 118. 1987.
- Bianchi, A.M. "A pré-história da Ciência Econômica". Hucitec. 1988.
- Blaug, M. "A História do Pensamento Econômico". Dom Quixote Ed., 1990.
- Cannan, E. "Introdução à Riqueza das Nações", in Smith, A.: A Riqueza das Nações". Ed. Abril Cultural, 1985.
- Didier, J. "Dicionário de filosofia". Larousse do Brasil Ed., 1979.
- Dobb, M. "Economia Política e Capitalismo", Graal Ed., 1978.
- Fulton, G. "Research programmes in economics". History of Political Economy vol. 16 nº 2, 1986.
- Garegnani, P. "Sobre a teoria do valor em Marx e nos economistas clássicos". in: Castro, A.B. (org.): "Progresso técnico e teoria econômica". Hucitec, 1980.
- Heimer, E. "História das doutrinas econômicas", Zahar Ed., 1976.
- Hirschman, A.O. "As paixões e os interesses", Paz e Terra Ed., 1986.
- Hirschman, A.O. "A economia como ciência moral". Paz e Terra Ed. 1986.

- Lakatos, I. "O falseamento e a metodologia dos Programas de Pesquisa Científica", in: Lakatos e Musgrave (org.). "A Crítica e o desenvolvimento do conhecimento". Ed. Cultrix/USP, 1983.
- Lakatos, I. "A lógica do descobrimento matemático". Zahar Ed. 1978.
- Lipkin, S. "O princípio da demanda efetiva na controvérsia Keynes versus os "clássicos". IEI, UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1990.
- Meek, R. "Economia e Ideologia". (mimeo)
- Miglioli, J. "Acumulação de Capital e Demanda Efetiva". T.A: Queirós Ed. 1981.
- Napoleoni, C. "Smith, Ricardo e Marx", Graal Ed. 1982.
- Popper, K. "A Lógica das Ciências Sociais". UNB Ed. 1978.
- Ricardo, D. "Princípios de Economia Política e Tributação". Abril Cultural Ed. 1985.
- Schumpeter, J.A. "História da Análise Econômica". Usaid Ed. 1964.
- Smith, A. "A Riqueza das Nações". Abril Cultural Ed. 1985.
- Sraffa, P. "Introdução aos Princípios", in Ricardo, D. "Princípios de Economia Política e Tributação". Ed. Abril Cultural, 1985.
- Tolipan, R. "A ironia na história do pensamento econômico". IPEA, 1990.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1991

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
251. LESSA, Carlos; FIORI, José Luis. <u>E houve uma política econômica nacional-populista? IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 251)</u>	34
252. PENA, Maria Valéria Junho. <u>Um sub-produto das expectativas racionais - anotações de leitura sobre as razões de Jon Elster. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 252).</u>	30
253 - CASTRO, Antonio Barros de. <u>Política Industrial: razões e restrições. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 253).</u>	19
254 - CORREA, Paulo Guilherme. <u>A Teoria clássica vista a partir do conceito de programa de pesquisa. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 254).</u>	31

S
UFRJ/IEI
TD254

D34475-3
FEA

MS 88843

CORREA, PAULO GUILHERME.

TEORIA CLASSICA VISTA A PARTIR
DO CONCEITO DE PROGRAMA DE PESQUISA.

ATENÇÃO
O LIVRO DEVE SER CONSULTADO NA BIBLIOTECA